


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0000430-39.2017.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Habilitação de Crédito - Recuperação judicial e Falência**  
 Requerente: **Rodrigo Alves de Oliveira Troiano**  
 Requerido: **Vetro Indústria Comércio e Serviços Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Letícia Lemos Rossi

Vistos.

**Rodrigo Alves de Oliveira Troiano** devidamente qualificado nos autos, requer habilitação de crédito nos autos de falência da empresa **Vetro Indústria Comércio e Serviços Ltda**, invocando sua natureza trabalhista, apontando para tanto o valor de R\$6.288,86.

Manifestação do Administrador Judicial às fls. 47/52 e do Ministério Público às fls. 61, posicionando-se pela inclusão do crédito de R\$ 6.288,86, em favor de **Rodrigo Alves de Oliveira Troiano**, classificado como trabalhista.

**É o relatório.****Fundamento e decido.**

Os documentos que instruem a inicial comprovam a existência do crédito, decorrente de reclamação trabalhista, logo, de natureza preferencial.

O Administrador Judicial opinou pela procedência do valor de R\$ 6.288,86, em razão de cálculo apresentado até a data da decretação da falência (fls. 47/52).

O Ministério Público manifestou-se pela procedência, concordando com o cálculo apresentado pelo Administrador Judicial.

Procede o argumento do Administrador Judicial, tendo em vista que a habilitação de crédito deve ter seu valor atualizado até a data da decretação de falência ou do pedido de recuperação judicial, conforme disposto no art. 9º, II da Lei 11.101/05.

Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE a habilitação para o fim de deferir a inclusão do crédito em nome de **Rodrigo Alves de Oliveira Troiano**, no importe de R\$ 6.288,86, no Quadro Geral de Credores, na categoria preferencial trabalhista.

Não há condenação em verba honorária em razão da natureza do incidente.

Dê-se ciência ao Administrador Judicial para as providências cabíveis.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.

Ibate, 05 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI  
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**